



**O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**

**THE ROLE OF HEALTH SERVICES IN COMBATING VIOLENCE AGAINST WOMEN: AN
ANALYSIS OF THE PERFORMANCE OF PRIMARY HEALTH CARE**

**EL PAPEL DE LOS SERVICIOS SANITARIOS EN LA LUCHA CONTRA LA VIOLENCIA CONTRA
LAS MUJERES: ANÁLISIS DE LA ACTUACIÓN DE LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD**

Millene Barizoni Silva¹, Eduardo Mucare², Sarah Lopes Fidelis³, Geovana Correia Nery⁴, Maria Eduarda Fidelis Mattos⁵, Sophia Marques Brito⁶, Bianca Maciel Torres Simões⁷, Milena Silva de Souza⁸, Sara Lorentino Ribeiro⁹

e453148

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i5.3148>

PUBLICADO: 05/2023

RESUMO

O presente artigo analisa as possibilidades de atuação da atenção primária à saúde em sua abordagem nos casos de violência contra as mulheres, visando uma compreensão das práticas assistenciais aos serviços de saúde e acolhimento com base na perspectiva de gênero. As estatísticas de violência contra a mulher aumentam a dia após dia, sem expectativa de diminuição, acarretando diversos danos às mulheres vítimas de agressões, na esfera física, psicológica, social e moral. nte os números assustadores e o histórico secular de agressões, é que foi criada a Lei Maria da Penha, com o objetivo de proteger a mulher contra qualquer tipo de violência, à vista do amparo legal criado, bem como a Lei do Sus e as políticas de saúde possuem papel fundamental neste acolhimento. Logo, o presente artigo tem o intuito de analisar a importância dos serviços de saúde no combate à violência contra as mulheres, analisando o diferencial da abordagem multiprofissional no acompanhamento das mulheres vítimas de violência. O presente artigo utilizou como fonte de pesquisas artigos originais encontrados em plataformas digitais de dados, como Google Acadêmico e Scielo, estabelecendo o método de pesquisa bibliográfica e documental. Em notas conclusivas, foi exposto a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde para a correta abordagem junto às mulheres vítimas de violência, visando o aprimoramento, a detecção e correspondente diminuição de atos covardes de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços de saúde. Violência contra a mulher. Atenção primária.

ABSTRACT

The present article analyzes the possibilities of action of primary health care in its approach in cases of violence against women, aiming at an understanding of care practices at health and reception services based on the gender perspective. The statistics of violence against women increase day after day, with no expectation of a decrease, causing several damages to women victims of aggression, in the physical, psychological, social and moral spheres. Faced with the frightening numbers and the secular history of aggressions, the Maria da Penha Law was created, with the objective of protecting women against any type of violence, in view of the legal protection created, as well as the Sus Law and the policies of health have a fundamental role in this embracement. Therefore, this article aims to analyze the importance of health services in combating violence against women, analyzing the differential of the multidisciplinary approach in monitoring women victims of violence. This article used original articles found on digital data

¹ Universidade de Cuiabá – UNIC.

² Universidade de Franca – Unifran.

³ Unesc- Centro Universitário do Espírito Santo.

⁴ Centro Universitário UNICEPLAC.

⁵ Unesc- Centro Universitário do Espírito Santo.

⁶ Faculdade Faceres.

⁷ Centro Universitário - UNIFACIMED.

⁸ UNIFAA - Centro Universitário de Valença.

⁹ UNICEPLAC - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Millene Barizoni Silva, Eduardo Mucare, Sarah Lopes Fidelis, Geovana Correia Nery, Maria Eduarda Fidelis Mattos,
Sophia Marques Brito, Bianca Maciel Torres Simões, Milena Silva de Souza, Sara Lorentino Ribeiro

platforms, such as Google Scholar and Scielo, as a source of research, establishing the bibliographic and documentary research method. In concluding notes, the need for training health professionals was exposed for the correct approach to women victims of violence, aiming at improving, detecting and correspondingly reducing cowardly acts of violence.

KEYWORDS: *Health services. Violence against women. Primary care.*

RESUMEN

El presente artículo analiza las posibilidades de acción de la atención primaria de salud en su abordaje en casos de violencia contra la mujer, con el objetivo de comprender las prácticas de atención en los servicios de salud y de acogida con perspectiva de género. Las estadísticas de violencia contra la mujer aumentan día tras día, sin expectativa de disminución, provocando diversos perjuicios a las mujeres víctimas de agresiones, en el ámbito físico, psicológico, social y moral. Ante las cifras aterradoras y la historia secular de agresiones, fue creada la Ley Maria da Penha, con el objetivo de proteger a las mujeres contra cualquier tipo de violencia, teniendo en cuenta la protección legal creada, así como la Ley Sus y las políticas de la salud tienen un papel fundamental en esta adopción. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de los servicios de salud en el combate a la violencia contra la mujer, analizando el diferencial del abordaje multidisciplinario en el seguimiento de las mujeres víctimas de violencia. Este artículo utilizó artículos originales encontrados en plataformas de datos digitales, como Google Scholar y Scielo, como fuente de investigación, estableciendo el método de investigación bibliográfico y documental. En las notas finales, se expuso la necesidad de capacitar a los profesionales de la salud para el correcto abordaje de las mujeres víctimas de violencia, con el objetivo de mejorar, detectar y, en consecuencia, reducir los cobardes actos de violencia.

PALABRAS CLAVE: *Servicios de salud. Violencia contra la mujer. Atención primaria.*

1. INTRODUÇÃO

A cada quatro minutos uma mulher é agredida no Brasil, tempo suficiente para abrir as redes sociais, tomar um café ou escutar uma música. No entanto, não é essa a realidade de diversas mulheres brasileiras que, segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, no ano de 2018 mais de 145 mil mulheres foram vítimas de agressões e sobreviveram às violências físicas, sexuais e psicológicas, causadas por homens.

Nessa baila, o triste histórico de preconceito e violência herdado de uma sociedade essencialmente patriarcal, marcada pela violência contra as mulheres e desrespeitos a outros gêneros, teve um marco no ano de 2006, ano em que foi sancionada a Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, com o objetivo principal de proteger a mulher da violência doméstica e familiar. Segundo a redação da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher seria qualquer ação ou omissão baseada no gênero, sendo distintas as possíveis formas de agressão.

Sendo assim, diante da complexidade das formas de agressões e dos reflexos físicos e psicológicos nas vítimas, se faz necessário um acompanhamento especial, por uma equipe multidisciplinar na assistência a ser prestadas a essas mulheres em situação de vulnerabilidade em face do agressor, sofrendo muita das vezes, violência física, psicológica e sexual.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Millene Barizoni Silva, Eduardo Mucare, Sarah Lopes Fidelis, Geovana Correia Nery, Maria Eduarda Fidelis Mattos,
Sophia Marques Brito, Bianca Maciel Torres Simões, Milena Silva de Souza, Sara Lorentino Ribeiro

O presente artigo visa analisar o papel dos serviços de saúde na preservação da vida das mulheres, considerando o papel da atenção primária à saúde e suas equipes, com o intuito de analisar sua atuação a fim de minimizar as estatísticas relacionadas a esse tipo de violência, atendendo efetivamente as vítimas, com um suporte eficiente e resolutivo, com métodos de prevenção e cuidado.

À propósito, foi realizada uma revisão da literatura, considerando os serviços de saúde fornecidos pelo Poder Público e as demandas existentes quanto a violência contra as mulheres. Foram analisados artigos originais encontrados em plataformas eletrônicas de dados, como Scielo e Google Acadêmico, utilizando da pesquisa bibliográfico documental, para chegar aos resultados pretendidos.

2. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica narrativa a fim de aprofundar o conhecimento acerca dos serviços de saúde fornecidos pelo Poder Público e as demandas existentes quanto a violência contra as mulheres. Os artigos foram selecionados nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), no Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Google Acadêmico.

Os descritores usados para a busca dos artigos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) foram: “serviços de saúde”; “violência contra a mulher”; “atenção primária”, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Foram encontrados ao todo 20 artigos com os descritores citados, sendo selecionados 12 artigos, publicados no período de 2015 a 2021.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS EM SAÚDE

A violência doméstica pode ser definida como a ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou mesmo o exercício pleno da liberdade e do direito de ir e vir, ser feliz e se desenvolver como membro de uma família. Os mencionados direitos podem ser limitados por qualquer um que possua alguma relação de poder com a vítima de violência, tendo em vista a posição de agressor assumida diante de excessos desproporcionais existentes na convivência domiciliar.

Dessa forma, preliminarmente destaca-se a importância da atuação da equipe de saúde no cuidado e acompanhamento contínuo das mulheres, principalmente as que são vítimas recorrentes de violência doméstica, visando minimizar os traumas e agravos das agressões sofridas.

Sendo assim, a equipe de saúde especializada neste acompanhamento, deverá ser uma equipe multiprofissional, formada por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, trabalhando em conjunto, de forma alinhada e integral, com o objetivo de restaurar a saúde psicológica das vítimas e reinserir essas mulheres no meio social novamente.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Millene Barizoni Silva, Eduardo Mucare, Sarah Lopes Fidelis, Geovana Correia Nery, Maria Eduarda Fidelis Mattos,
Sophia Marques Brito, Bianca Maciel Torres Simões, Milena Silva de Souza, Sara Lorentino Ribeiro

Nessa senda, insta dizer que existem diversas definições de equipes multiprofissionais, ressaltando a afirmação de Nilton Correia dos Anjos Filho e Ana Maria Portela de Souza¹:

Foram apontadas duas definições de trabalho multiprofissional pelos sujeitos. A primeira foi predominante no discurso dos entrevistados. Segundo estes, o trabalho de cada profissional com seu núcleo específico de saber/prática contribui para uma assistência global ao usuário, sendo caracterizado por uma junção de saberes com algum nível de troca entre os membros. Tais relatos a seguir exemplificam a definição citada: “É um trabalho desenvolvido por vários profissionais de múltiplas áreas onde cada um, dentro do seu saber, dentro da sua área, pode estar contribuindo na assistência, na ajuda ao outro, ao cliente da gente, ao usuário”. (S1, PAI) “Na minha concepção, o trabalho multiprofissional, assim, é o trabalho onde cada profissional tem que fazer a sua parte dentro do seu contexto que está previsto de suas atribuições”. (S4, TSS) A segunda definição concebe um trabalho em conjunto de modo integrado em prol de um objetivo comum, que é o bem-estar do usuário, ocorrendo troca de saberes, articulação das ações e integração entre os membros da equipe. Nesse caso, não há perda da identidade profissional: “O trabalho multiprofissional é você poder integrar várias áreas de conhecimento e saberes em prol de um objetivo comum. [...] E aí você tendo várias áreas de conhecimentos você consegue integrar isso em um único trabalho e faz com que você tenha mais sentido, né? Naquilo que você faz e naquilo que você consegue produzir para benefício das pessoas que sofrem com transtorno mental”. (S2, PAI) “Eu vejo assim que um trabalho multiprofissional ele não é só a junção de profissionais de diferentes categorias, de diferentes formações [...] Não adianta ter vários profissionais de categorias diferentes trabalhando no mesmo espaço se essas pessoas não dialogam. Então, eu acho que um trabalho multiprofissional tem que ter esse espaço do diálogo, da troca, do conhecimento, das discussões dos casos pra você poder compreender melhor aquele caso, poder assistir melhor aquele caso”. (S9, PAI)

Nessa linha de pensamento, observa-se que existe uma face multidisciplinar dos serviços em saúde e uma face pluridisciplinar, diretamente correlatas a existência de profissionais de diferentes áreas atuando em conjunto, visando a troca de conhecimento e experiências, num objetivo mútuo de ajudar àqueles que precisam, corroborando com o entendimento de Nilton Correia dos Anjos Filho e Ana Maria Portela de Souza² sobre o trabalho multiprofissional:

“Percebe-se que a primeira definição acerca do trabalho multiprofissional caracteriza-se pela existência de uma multidisciplinaridade, mas que, em alguns momentos, faz referência à pluridisciplinaridade pela ocorrência de troca entre os integrantes da equipe. Quanto à segunda concepção, pode-se pensar em características tanto da pluridisciplinaridade quanto da interdisciplinaridade, embora não seja explicitado, nos

¹ Filho Nilton Correia dos Anjos; SOUZA, Ana Maria Portela de. A percepção sobre o trabalho em equipe multiprofissional dos trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial em Salvador, Bahia, Brasil. Interface (Botucatu). 2017;21(60):63-76.

² Filho Nilton Correia dos Anjos; SOUZA, Ana Maria Portela de. A percepção sobre o trabalho em equipe multiprofissional dos trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial em Salvador, Bahia, Brasil. Interface (Botucatu). 2017;21(60):63-76.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Millene Barizoni Silva, Eduardo Mucare, Sarah Lopes Fidelis, Geovana Correia Nery, Maria Eduarda Fidelis Mattos,
Sophia Marques Brito, Bianca Maciel Torres Simões, Milena Silva de Souza, Sara Lorentino Ribeiro

relatos dos entrevistados, o nível de interação e integração entre as disciplinas e novas produções a partir delas.”

Tendo em vista, as afirmações descritas, percebe-se a dupla definição de uma equipe multiprofissional, vinculadas ao acolhimento no cuidado e acompanhamento da mulher vítima de violência e à aplicação de um conjunto de trocas de conhecimentos dos profissionais envolvidos no processo de reinserção da mulher vítima de violência na comunidade social.

Nessa senda, o Manual do Ministério da Saúde estabelece o acolhimento multiprofissional como um princípio básico da saúde, devendo ser regra no atendimento às vítimas mulheres, a formação de uma equipe multidisciplinar especializada, oferecendo os devidos cuidados ao caso concreto.

Outrora, para que o acolhimento ocorra de fato, se faz necessário por parte dos gestores atenção especial quanto a capacitação dos profissionais que compõem as equipes de atendimento, melhorando o serviço prestado, realizando o correto diagnóstico e passando a proteção necessária às vítimas de agressões.

No tocante, o acolhimento da mulher vítima de agressão, deve ser ágil e efetivo, garantido proteção, cuidado e apoio, considerando as consequências deixadas pelas violências sofridas, o medo e os agravos.

À vista disso, é que os serviços de saúde ocupam um importante papel no acolhimento e reinserção das mulheres vítimas de violências, principalmente as violências sofridas em seus lares, de modo que, na maioria das vezes, os agressores são pessoas próximas, como marido, irmão, pai, tio, dificultando a realização do pedido de ajuda, impondo medo pelo poder exercido pelo agressor e dificultando a libertação da condição de vítima.

Destarte, é primordial o atendimento e acompanhamento dessas mulheres por uma equipe de saúde capacitada, sob um prisma integral, considerando os reflexos dessas agressões sofridas na continuação da vida, promovendo uma recuperação consciente e a promoção de campanhas de não violência, prevenindo e garantindo cuidados às mulheres.

Assim, é primordial os serviços de saúde e uma equipe multiprofissional capacitada, a fim de desenvolver com sensibilidade, cuidado e profissionalismo a aplicação humanizada de métodos de acompanhamento, tratamento e prevenção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

O nosso país, prestou internacionalmente o compromisso de promover o tratamento igualitário e a garantia da perseguição pelo fiel cumprimento da igualdade formal e material, garantida pela Constituição Federal de 1988, visando eliminar a discriminação das mulheres e garantir a liberdade e segurança.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Millene Barizoni Silva, Eduardo Mucare, Sarah Lopes Fidelis, Geovana Correia Nery, Maria Eduarda Fidelis Mattos,
Sophia Marques Brito, Bianca Maciel Torres Simões, Milena Silva de Souza, Sara Lorentino Ribeiro

No tocante, o Decreto nº 4.377 de 13 de setembro de 2002³, promulgou a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979, que em seu artigo segundo prevê que todos os Estados signatários condenam qualquer tipo de distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo.

Outrora, a violência contra as mulheres parte de discriminações, de atos de agressão, seja ele psicológico, físico ou sexual, que prejudica ou anula o pleno exercício dos direitos garantidos pela Constituição Federal. Logo, a Carta Magna de 1988 garante a todos a igualdade perante a lei, sem levar em consideração o estado civil, condição social, gênero, etnia, religião, de acordo com o exposto no artigo 5º, caput da Constituição Federal:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.”

Destarte, importante destacar que os direitos humanos⁴ garantem a todo e qualquer ser humano, tratamento digno, ou seja, a todo ser pertencente ao gênero humano, está inerente seus direitos. Sendo assim, o princípio constitucional norteador da nossa carta magna é a dignidade da pessoa humana, que assegura aos humanos direitos básicos de sobrevivência.

Dessa forma, a gravidade das agressões domésticas e familiares contra a mulher exige cada vez mais capacitação e preparação para compreender a origem e as razões que levam a essa prática e, como lidar com essa situação recorrente, em que os números são crescentes, mesmo com a existência de leis que coíbem essa prática, visando proteger e minimizar quaisquer práticas violentas contra as mulheres.

Nessa esteira, a complexidade dessa violência tem raízes e mecanismos estruturados com base em uma perspectiva de gênero. Logo, o gênero seria uma construção histórica que coloca papéis rigorosos de atribuições, comportamentos e práticas baseadas no sexo.

Entende-se essa questão como um conflito de gênero enraizado pela sociedade no comportamento humano, privando a liberdade e diversos outros direitos assegurados na Constituição Federal, gerando, inclusive, impulsos nos agressores diante de qualquer resistência a esses ditames comportamentais.

Diante disso, as mulheres são as principais destinatárias da violência doméstica⁵, familiar, física, psicológica e sexual, sofrida muitas vezes, dentro dos próprios lares. Com base nisso é que os

³ Brasil. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, 2002.

⁴ Maluschke, BucherMaluschke, & Herma, 2004, SEDH/PR, 2010.

⁵ A Pesquisa “Caracterização das vítimas de violências doméstica, sexual e outras violências interpessoais notificados no VIVA, Brasil, Ministério da Saúde, 2006-2007”, de Aglaêr Alves da Nóbrega, mostra que 59% das crianças vítimas de violência sexual eram mulheres, em contraste com 40% do sexo masculino.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Millene Barizoni Silva, Eduardo Mucare, Sarah Lopes Fidelis, Geovana Correia Nery, Maria Eduarda Fidelis Mattos,
Sophia Marques Brito, Bianca Maciel Torres Simões, Milena Silva de Souza, Sara Lorentino Ribeiro

serviços de saúde, em especial de atenção para prevenção e tratamento de agravos ocupam um papel importante no atendimento e na organização e complexidade das especialidades existentes caso a caso.

À vista disso, é que se faz necessário a abordagem multidisciplinar, baseada em princípios fundamentais, além dos princípios do SUS, garantindo às vítimas de violência ações e medidas aptas a reduzir os agravos à saúde decorrentes de agressões sofridas, bem como combater por meio de campanhas e estratégias os números de violência existentes em nosso país, conscientizando sobre essa epidemia invisível, oculta aos olhos de muitos.

DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Atualmente verifica-se uma concordância de que as diversas formas de manifestação da violência promovem imenso impacto no binômio saúde-adoecimento, além de exigir novas abordagens quanto aos problemas existentes nos serviços de saúde, carecendo de readequação do processo de trabalho e a organização em rede para consolidar as diretrizes das políticas públicas de saúde do país.

Nessa senda, o acolhimento dos profissionais de saúde nos serviços de atenção primária deve, sobretudo, assegurar a integridade, humanidade e a intersetorialidade nos atendimentos aos pacientes, de modo que, as ações visem o enfrentamento da violência contra as mulheres e não terminem na APS.

Destarte, embora as ações para o enfrentamento da violência precisem compor a intersetorialidade, entende-se que a APS é um lugar privilegiado na atenção a situações de violência, favorecendo o diálogo e permitindo a compreensão das motivações a fim de corresponsabilizar o cuidado com a saúde, seja ela física ou mental.

À propósito, os profissionais da saúde que compõem a equipe mínima da APS são atores estratégicos para as linhas de prevenção, identificação e intervenção preventiva em situações de violência, sendo de suma importância sua formação continuada.

Com vista nessa característica de aproximação e cuidados com as vítimas de violência, é que os profissionais precisam além de reconhecer e identificar outras políticas que trabalham no combate à violência, necessário também estabelecer discussões com diferentes serviços e profissionais operadores dessas políticas que tem alvo em comum, visando integrar os atendimentos às mulheres vítimas de violência.

Portanto, a constituição da gerência de redes e a implementação de linhas de cuidado para os casos de violência em mulheres, configura-se como a melhor estratégia de ação para esse problema, tanto que, são referenciadas nas políticas que implementam os protocolos para esses casos.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, os serviços de saúde para que sejam efetivos estão diretamente ligados ao conceito de uma equipe multiprofissional, agregando saberes, práticas e experiências nas mais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Millene Barizoni Silva, Eduardo Mucare, Sarah Lopes Fidelis, Geovana Correia Nery, Maria Eduarda Fidelis Mattos,
Sophia Marques Brito, Bianca Maciel Torres Simões, Milena Silva de Souza, Sara Lorentino Ribeiro

diversas áreas do conhecimento, direcionando a existência de interação entre os profissionais, integrando uma rede com o objetivo de garantir o melhor acompanhamento da mulher vítima de violência, permitindo a sua completa recuperação e reinserção na sociedade.

Do exposto, tem-se que é delicado o tema em nosso país, tendo em vista o preconceito enraizado na sociedade e a dificuldade de implantação de políticas públicas e sociais visando a modificação desse cenário implantando, necessitando assim, de maiores investimentos e atuação ativa dos gestores públicos e da sociedade como um todo, no combate às agressões contra as mulheres com a devida punição aos agressores.

Ainda, ressalta-se que os serviços em saúde são primordiais para o combate contra a violência, seja por meio de campanhas de conscientização e prevenção, informando sobre a existência dessa epidemia invisível, destacando as medidas a serem tomadas e os métodos de combate, além de ser essencial no atendimento e acompanhamento das vítimas das agressões, oferecendo um atendimento completo e qualificado.

Por fim, destaca-se a necessidade da integração da atenção primária com os mais diversos órgãos e referências na atenção às mulheres vítimas de violência, em especial, considerando a proximidade e ao vínculo de confiança depositado nos profissionais que realizam os cuidados mais sensíveis, de modo que, importante ferramenta é a implantação de linhas de cuidados para os casos de violência contra as mulheres, de forma a garantir um acompanhamento integral e intersetorial em atenção aos princípios do SUS.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico; 1988.
2. Brasil. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, 2002.
3. Brasil. Lei nº. 12845, de 01 de ago. de 2013. Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, 2013.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. 3. ed. Brasília – DF: Ministério da Saúde; 2012. 21 p.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Atendimento às vítimas de violência na rede de saúde pública do DF. 2. ed. Brasília – DF: Ministério da Saúde; 2009. 68 p.
6. Diniz NMF, Santos MFSS, Mendonça L. Social representations of family and violence. Revista Latino-Americana de Enfermagem. 2007;15(6):1184-1189.
7. D'oliveira AFPL, Schariber LB. Violence Against women in Brazil: overview, gaps and challenges. Expert paper prepared for expert group meeting organized by: UN Division for the Advancement of Women in collaboration with: Economic Commission for Europe (ECE) and World Health Organization (WHO). Geneva, Switzerland: WHO; 2005.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O PAPEL DOS SERVIÇOS EM SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Millene Barizoni Silva, Eduardo Mucare, Sarah Lopes Fidelis, Geovana Correia Nery, Maria Eduarda Fidelis Mattos, Sophia Marques Brito, Bianca Maciel Torres Simões, Milena Silva de Souza, Sara Lorentino Ribeiro

8. Favoreto CAO. A narrativa na e sobre a clínica na atenção primária: uma reflexão sobre o modo de pensar e agir dirigido pelo diálogo à integralidade e ao cuidado em saúde [tese]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2007.
9. Holanda VR, Holanda ER, Souza MA. O enfrentamento da violência na estratégia saúde da família: uma proposta de intervenção. *Revista Rene*. 2013;14(1):.
10. Leite AC, Fontanella JB. Violência doméstica contra a mulher e os profissionais da APS: predisposição para abordagem e dificuldades com a notificação. *Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade*. 2019;14(41):1-12.
11. Lobato GR, Moraes CL, Nascimento MC. Desafios da atenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes no Programa Saúde da Família em cidade de médio porte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2012;28(9):1749-1758.
12. Loch-Neckel G, Seemann G, Eidt HB; Rabuske MM, Crepaldi MA. Desafios para a ação interdisciplinar na atenção básica: implicações relativas à composição das equipes de saúde da família. *Ciências Saúde Coletiva*. 2009;14(supl.1):1463-1472.
13. Kalil Laís dos Santos Silva. Abordagem multiprofissional no cuidado à mulher em situação de violência sexual: uma revisão narrativa. [Trabalho de Conclusão de Curso]; Curso de Enfermagem. Salvador: Universidade Católica de Salvador; 2018.
14. Filho Nilton Correia dos Anjos; SOUZA, Ana Maria Portela de. A percepção sobre o trabalho em equipe multiprofissional dos trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial em Salvador, Bahia, Brasil. *Interface (Botucatu)*. 2017;21(60):63-76.
15. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Violência Doméstica durante a pandemia de covid 19. Nota Técnica, categoria violência contra as mulheres. Ed. 3, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>
16. Pitangui CM, Luiz IS, Klein OSS, Santo, CM, Rio RL. A importância da equipe multidisciplinar no acolhimento a mulher vítima de violência sexual. *Biológicas & Saúde*. 2018 14 nov;8(27).
17. Roque EMST, Ferriani MGC. Desvendando a violência contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca de Jardinópolis-SP. *Rev Latino Am Enfermagem*. 2002;10(3):334-44.
18. Schraiber LB, D'Oliveira APLP. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Interface Comun, Saúde Educ*. 1999;3(5):11-26.